



Jornal Oficial do Município de Londrina

IMPrensa Oficial do Município de Londrina

ANO XXII

Nº 3732

Publicação Diária

Quinta-feira, 28 de fevereiro de 2019

JORNAL DO EXECUTIVO ATOS LEGISLATIVOS DECRETOS

DECRETO Nº 111 DE 24 DE JANEIRO DE 2019

SÚMULA: Estabelece regras sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e a Manifestação de Interesse Privado (MIP) a serem observadas na apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, espontaneamente ou mediante provocação de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal direta ou indireta, com a finalidade de subsidiar a Administração Pública Municipal na estruturação de empreendimentos objeto de concessão ou permissão de serviços públicos, Parceria Público-Privada (PPP), arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais, considerando o Processo SEI nº 19.007.069584/2018-33, e

Considerando o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no artigo 31 da Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e no artigo 3º, caput e § 1º, da Lei Federal nº 11.079, 30 de dezembro de 2004;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto estabelece regras sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e a Manifestação de Interesse Privado (MIP), a serem observadas na apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, espontaneamente ou mediante provocação de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, com a finalidade de subsidiar a Administração Pública Municipal na estruturação de empreendimentos objeto de concessão ou permissão de serviços públicos, Parceria Público-Privada (PPP), arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto considera-se:

1. – **Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)** – instrumento que a Administração Pública Municipal pode utilizar, antes do processo licitatório, para obter projetos, levantamentos, investigações ou estudos de pessoa física ou jurídica de direito privado relativos a empreendimentos que possam ser objetos de concessão ou permissão de serviços públicos, PPP, arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso;
2. – **Manifestação de Interesse Privado (MIP)** – apresentação espontânea de propostas, projetos, levantamentos, investigações e estudos formulados por pessoa física ou jurídica de direito privado, que possam ser utilizados na estruturação de empreendimentos objetos de concessão ou permissão de serviços públicos, PPP, arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso;
3. – **Conselho Gestor do Programa de Parcerias do Município de Londrina (CGP)**, órgão superior de caráter normativo e deliberativo, que será responsável pelo planejamento e acompanhamento, dentro de suas atribuições, de concessões e PPPs no âmbito da Administração Pública Municipal;
4. – **Secretaria Executiva do CGP**, vinculada ao CGP, exercida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia - SMPOT, a quem incumbirá a realização das atividades operacionais e de coordenação do referido Programa;
5. – **Grupo de Trabalho Executivo (GTE)** – grupo colegiado de estrutura flexível e multidisciplinar, adaptada às características de cada projeto específico, que é designado por ato do CGP para executar e acompanhar determinado PMI, sob coordenação da SMPOT;
6. – **Órgão ou Entidade Competente** – órgão ou entidade da Administração Pública Municipal cuja área de competência tenha relação com a proposta de utilização do PMI ou MIP para empreendimento passível de concessão ou permissão de serviços públicos, PPP, arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso;
7. – **Proponente:** pessoa física ou jurídica de direito privado que apresenta MIP à Administração Pública Municipal;
8. – **Requerente:** pessoa física ou jurídica de direito privado que, em atendimento ao Edital de Chamamento Público, apresenta requerimento de autorização no PMI para oferecer projetos, levantamentos, investigações ou estudos com a finalidade de subsidiar a Administração Pública Municipal na estruturação de empreendimentos mencionados no art. 1º deste Decreto;
9. – **Requerimento de Autorização:** solicitação de autorização do requerente para a realização de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, nos termos do respectivo Edital de Chamamento Público; e

10. – **Pessoa Autorizada:** pessoa física ou jurídica de direito privado que recebe autorização da Administração Pública Municipal, no âmbito de PMI, para apresentar projetos, levantamentos, investigações ou estudos para a estruturação de empreendimentos mencionados no art. 1º deste Decreto.

§1º. O PMI pode ser aplicado à atualização, complementação ou revisão de projetos, levantamentos, investigações e estudos já elaborados.

§2º. Não se submetem ao PMI os procedimentos previstos em legislação específica.

§3º. A critério exclusivo da Administração Pública Municipal, os projetos, levantamentos, investigações e estudos obtidos por meio dos mecanismos previstos neste Decreto poderão ou não ser utilizados, no todo ou em parte, na elaboração de editais, contratos e demais documentos relativos aos empreendimentos especificados no art. 1º deste Decreto sem a necessidade de autorização do Proponente.

Art. 3º A utilização do PMI decorre de decisão discricionária da Administração Pública Municipal, por deliberação do CGP, podendo ser provocada por:

I – proposta do órgão ou entidade competente;

II – apresentação de MIP; e

III – proposição de membro do CGP.

Parágrafo único. A proposta do órgão ou entidade competente e a MIP obedecerão a idêntico procedimento.

Art. 4º Na hipótese de utilização do PMI, caberá:

I – aos membros do CGP indicar os integrantes do GTE (Grupo de Trabalho Executivo) para acompanhamento e execução do PMI, dentre os servidores dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional; e

II – à SMPOT (Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia) a coordenação do GTE (Grupo de Trabalho Executivo), com o auxílio do órgão ou da entidade competente.

CAPÍTULO II DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PRIVADO (MIP)

Art. 5º. A apresentação de MIP pode, a critério da Administração Pública Municipal, ensejar a abertura do PMI.

Art. 6º. A MIP (Manifestação de Interesse Privado) deverá conter, no mínimo, o que segue:

I – qualificação completa, que permita a identificação do proponente, bem como indicação de localização para eventual envio de notificações, informações, erratas, respostas e solicitação de esclarecimentos;

II – descrição dos problemas e desafios concretos que justifiquem a parceria que se pretende instalar, bem como das soluções e dos benefícios que advirão à Administração Pública Municipal e à sociedade de sua efetiva execução;

III – indicação do arranjo jurídico preliminar da proposta, bem como do respectivo prazo contratual, quando for possível esta estimativa;

IV – demonstração, ainda que preliminar, da viabilidade econômica, jurídica, técnica e ambiental da parceria proposta;

V – enumeração dos parâmetros objetivos de inovação que poderão ser mensurados quando da comparação da parceria proposta em face das contratações e serviços correntemente prestados, caso existentes, pela Administração Pública Municipal; e

VI – declaração de transferência à Administração Pública Municipal dos direitos associados aos projetos, levantamentos, investigações ou estudos propostos, sem direito a ressarcimento, em conformidade com o disposto no art. 8º deste Decreto.

Art. 7º A apresentação da MIP (Manifestação de Interesse Privado) observará o que segue:

I – o proponente deverá protocolar a proposta na SMPOT, endereçando-a ao CGP (Conselho Gestor do Programa de Parcerias do Município);

II – a equipe técnica da SMPOT, com auxílio do órgão ou entidade competente, realizará a análise de conformidade acerca do atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 6º deste Decreto e emitirá Parecer Técnico, que será submetido a seu Titular, manifestando os motivos de sua aprovação, rejeição ou necessidade de complementação;

III – a SMPOT, mediante despacho de seu Titular, poderá solicitar ao proponente a adequação da proposta aos requisitos previstos no art. 6º deste Decreto, bem como informações e/ou documentos adicionais que entender necessário;

IV – não atendidos os requisitos do art. 6º deste Decreto, ou inobservadas as adequações necessárias indicadas em Parecer Técnico da SMPOT, a proposta deverá ser rejeitada pelo Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, para todos os fins, procedendo-se com a comunicação ao CGP;

V – aprovada a MIP pelo Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, esta será encaminhada ao CGP para deliberação final, que poderá decidir pela abertura de PMI ou rejeição da proposta;

VI – aprovada a proposta pelo CGP, este designará, os membros do GTE para a elaboração de Edital de Chamamento Público, acompanhamento e julgamento do PMI, atendendo a viabilidade da administração;

VII – rejeitada a proposta pela SMPOT ou pelo CGP, o proponente será comunicado da decisão, procedendo-se, posteriormente, com o arquivamento do respectivo expediente, sendo permitido o seu aproveitamento parcial para novos projetos, a qualquer tempo; e

VIII – comunicada a decisão de rejeição o proponente de MIP terá o prazo de 30 (trinta) dias para a retirada dos documentos porventura encaminhados à SMPOT, podendo estes ser destruídos após o referido prazo.

Art. 8º Tanto a rejeição quanto o aproveitamento da MIP pela Administração Pública Municipal não ensejam direito a qualquer ressarcimento a seus proponentes.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (PMI)

Art. 9º O PMI é composto das seguintes fases:

- I – abertura;
- II – autorização para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos;
- III – avaliação e seleção; e
- IV – modelagem final do projeto.

§1º. A competência para a abertura do PMI e emissão das autorizações para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos é da SMPOT, mediante deliberação do CGP.

§2º. A Administração Pública Municipal poderá contratar consultorias especializadas e firmar termos de cooperação com órgãos multilaterais e com órgãos ou entidades governamentais para assessoramento nas fases de avaliação e seleção dos projetos, levantamentos, investigações e estudos, bem como na fase de modelagem final do projeto derivado do PMI.

Seção I Da Abertura do PMI

Art. 10. O PMI será aberto mediante a publicação de Edital de Chamamento Público.

§1º. O Edital de Chamamento Público será elaborado pelo GTE e levado à aprovação do CGP mediante Parecer Técnico da SMPOT, com o apoio da entidade competente.

§2º. Após aprovação pelo CGP, o Edital de Chamamento Público será publicado por sua Secretaria Executiva.

§3º. Será dada ampla publicidade ao Edital de Chamamento Público, por meio de sua publicação no Diário Oficial do Município e divulgação nas páginas eletrônicas do Município, da SMPOT, e do órgão ou da entidade competente, sendo facultada à Administração Pública Municipal, providenciar a publicação também em jornais de grande circulação e em outros meios, inclusive eletrônicos, quando assim decidido pelo CGP.

Art. 11. O Edital de Chamamento Público conterá, no mínimo:

- I – a delimitação do escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos a serem selecionados;
- II – a indicação:
 - a) – das diretrizes e premissas do projeto que orientem sua elaboração com vista ao atendimento do interesse público;
 - b) – do prazo e da forma para apresentação do requerimento de autorização para participar do PMI;
 - c) – do prazo para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, contado da data de publicação da autorização e compatível com a abrangência das atividades a serem desenvolvidas e com o seu o nível de complexidade;
 - d) – do valor máximo para possível ressarcimento;
 - e) – dos critérios para habilitação, análise e aprovação de requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos;
 - f) – dos critérios para avaliação e seleção de projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados por pessoa autorizada, com as correspondentes pontuações;
 - g) – do valor ou tipo de contraprestação pública admitida, no caso de PPP, quando possível a estimativa, ainda que sob a forma de percentual; e
 - h) – dos prazos para pedidos de esclarecimentos.
- III – as informações públicas disponíveis para a realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

§ 1º Na delimitação do escopo, a Administração Pública Municipal poderá apenas indicar o problema a ser resolvido por meio do projeto objeto de concessão ou permissão de serviços públicos, PPP, arrendamento de bens públicos ou concessão de uso real, ficando facultado aos requerentes sugerir diferentes modelos de negócios e soluções técnicas, econômicas, ambientais e jurídicas.

§ 2º O prazo para apresentação de requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos não será inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados da data de publicação do Edital de Chamamento Público, podendo ser prorrogado com a devida motivação.

§ 3º Poderão ser estabelecidos prazos intermediários no Edital de Chamamento Público para apresentação de informações e relatórios de andamento no desenvolvimento de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

§ 4º O valor máximo para possível ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações e estudos será fundamentado em prévia justificativa técnica, que considerará sua complexidade e/ou ressarcimentos de projetos, levantamentos, investigações ou estudos similares, não ultrapassando, em seu conjunto, 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor total estimado para a implementação do empreendimento

ou para os gastos necessários à operação e à manutenção do empreendimento durante o período de vigência do futuro contrato, o que for maior, conforme apontado nos estudos.

§ 5º O Edital de Chamamento Público poderá condicionar o ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações e estudos à necessidade de atualização e de adequação deles até a celebração e assinatura do contrato, em decorrência, entre outros aspectos:

- I – da alteração de premissas regulatórias e de atos normativos aplicáveis;
- II – das recomendações e determinações dos órgãos de controle;
- III – das contribuições provenientes de consulta e audiência públicas; e
- IV – outras alterações motivadas pelo interesse público.

§ 6º Na hipótese do §1º deste artigo, a indicação do valor máximo de ressarcimento poderá ser dispensada, ficando limitado, em todas as situações, a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor total estimado para a implementação do empreendimento ou para os gastos necessários à operação e à manutenção do empreendimento durante o período de vigência do futuro contrato, o que for maior, conforme apontado nos projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

Seção II

Da Autorização para Apresentação de Projetos, Levantamentos, Investigações e Estudos

Art. 12. O requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado deverá ser endereçado à SMPOT, protocolado na forma fixada no Edital de Chamamento Público, e deverá conter as seguintes informações:

I – qualificação completa, que permita a identificação da pessoa física ou jurídica de direito privado e a sua localização para possível envio de notificações, informações, erratas e respostas a pedidos de esclarecimentos, com:

- a) – nome completo;
- b) – inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) – cargo, profissão ou ramo de atividade e registro atualizado no Conselho de Classe;
- d) – endereço domiciliar; e
- e) – endereço eletrônico;

II – demonstração de experiência na realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos similares aos solicitados;

III – linhas básicas do projeto, com a descrição do objeto, sua relevância e os benefícios econômicos e sociais dele advindos;

IV – detalhamento das atividades que pretende realizar, considerando o escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos, definidos no Edital de Chamamento Público, incluído a apresentação de plano de trabalho com a indicação de cronograma contendo a duração e conclusão de cada etapa, o prazo final para a entrega dos trabalhos, bem como metodologia utilizada;

V – indicação de valor do ressarcimento pretendido, acompanhado das informações e dos parâmetros de custos utilizados para tal definição, observando o disposto no § do artigo 11;

VI – características gerais do modelo de negócio, incluindo, a previsão das receitas esperadas e dos custos operacionais envolvidos, além do mapeamento dos riscos de implantação e operação em termos quantitativos e qualitativos, com sugestão de alocação entre os entes público e privado envolvidos no projeto;

VII – outros elementos que permitam avaliar a conveniência, a eficiência e o interesse público envolvidos no projeto, levantamento, investigação ou estudo; e;

VIII – declaração de transferência à Administração Pública Municipal da propriedade e dos direitos associados aos projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados.

§1º. Qualquer alteração na qualificação da pessoa requerente deverá ser imediatamente comunicada ao Poder Público.

§2º. A demonstração de experiência a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo poderá consistir na juntada de documentos que comprovem as qualificações técnicas de profissionais vinculados à pessoa requerente.

§3º. O proponente que houver apresentado a MIP que tenha ensejado a abertura da PMI deverá igualmente submeter-se a todos procedimentos de que trata esta Seção, para fazer jus a ressarcimento.

Art. 13. A autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos será conferida sem exclusividade, salvo decisão específica e fundamentada do CGP, e:

- I – é pessoal e intransferível;
- II – não gera direito de preferência no processo licitatório do empreendimento;
- III – não obriga a Administração Pública Municipal a executar o projeto;
- IV – não implica, por si só, o direito a ressarcimento de valores envolvidos na elaboração dos projetos, levantamentos, investigações e estudos; e
- V – não implica, em nenhuma hipótese, responsabilidade da Administração Pública Municipal perante terceiros por atos praticados por pessoa autorizada.

Parágrafo único. O requerimento de autorização será avaliado pelo GTE nos termos das disposições deste Decreto e do respectivo Edital de Chamamento Público, e encaminhado para aprovação do CGP, mediante manifestação técnica da SMPOT e do órgão competente.

Art. 14. Podem associar-se para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, hipótese em que deverá ser indicado o responsável pela interlocução com a Administração Pública Municipal, bem como as cotas proporcionais para a repartição do valor de possível ressarcimento, sendo que constará no requerimento de autorização o nome de todos os integrantes do grupo.

Parágrafo único. A associação de que trata o *caput* deste artigo somente pode ser feita antes da apresentação do requerimento de autorização.

Art. 15. Aprovado o requerimento de autorização pelo CGP, o Termo de Autorização será expedido e publicado por sua Secretaria Executiva, nos termos do § 3º do art. 10 deste Decreto.

Parágrafo único. O Termo de Autorização reproduzirá as condições expressas no requerimento, podendo especificá-las, inclusive quanto às atividades a serem desenvolvidas, ao limite de valor para possível ressarcimento e aos prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de andamento no desenvolvimento de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

Art. 16. A pessoa autorizada poderá contratar terceiros, sem prejuízo das responsabilidades previstas no Edital de Chamamento Público do PMI.

Art. 17. A autorização poderá ser:

I – cassada, em caso de descumprimento de seus termos, incluídas as hipóteses de desconsideração de qualquer dos prazos e de não observação da legislação aplicável;

II – revogada, em caso de:

a) perda de interesse da Administração Pública Municipal nos projetos de que trata o art. 1º deste Decreto; e

b) desistência por parte da pessoa autorizada, manifestada, a qualquer tempo, por meio de comunicação escrita à Secretaria Executiva do CGP;

III – anulada, em caso de vício no procedimento regulado por este Decreto ou por outros motivos previstos na legislação; ou

IV – tornada sem efeito, em caso de superveniência de dispositivo legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos projetos, levantamentos, investigações e estudos.

§1º. A pessoa autorizada será notificada através de correspondência eletrônica, enviada ao endereço eletrônico indicado no requerimento de autorização, caso haja a sua cassação, revogação, anulação, ou seja tornada sem efeito.

§2º. Na hipótese de descumprimento dos termos da autorização, caso não haja regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério da Administração Pública Municipal e contado da data da notificação, a pessoa autorizada terá sua autorização cassada.

§3º. Os casos previstos neste artigo não geram direito de ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

§4º. Contado o prazo de 30 (trinta) dias da data da notificação prevista nos § 1º e 2º deste artigo, os documentos porventura encaminhados à Secretaria Executiva do CGP que não tenham sido retirados pela pessoa autorizada poderão ser destruídos.

Art. 18. A Administração Pública Municipal colocará à disposição da pessoa autorizada, com prioridade, informações, registros e documentos complementares que estejam em seu poder, relacionados ao objeto do Edital de Chamamento Público e por esta solicitados, observada, no que couber, a Lei Federal nº 12.257, de 18 de novembro de 2011.

Seção III

Da Avaliação e Seleção de Projetos, Levantamentos, Investigações e Estudos

Art. 19. Os projetos, levantamentos, investigações e estudos demandados pelo PMI deverão ser entregues na forma e no prazo fixado no Edital de Chamamento Público, em meios impresso e digital, a fim de que possam ser objeto de avaliação e seleção.

Parágrafo único. Não serão aceitos para avaliação e seleção arquivos gravados de modo a impedir a edição ou o acesso integral a seu conteúdo.

Subseção I

Da Avaliação e Seleção

Art. 20. A avaliação e a seleção dos projetos, levantamentos, investigações e estudos serão feitas em conformidade com os critérios específicos de pontuação enunciados no Edital de Chamamento Público, considerando:

I – a observância das diretrizes e premissas definidas pelo CGP, conforme o caso;

II – a consistência e a coerência das informações que subsidiaram sua realização;

III – a adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, e a utilização de equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;

IV – a compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as normas técnicas emitidas pelos órgãos e pelas entidades competentes;

V – a demonstração comparativa de custo e benefício da proposta do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes; e

VI – o impacto socioeconômico da proposta para o empreendimento, se aplicável.

Art. 21. A avaliação dos projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados serão efetuados pelo GTE, que subsidiará a elaboração do Parecer Técnico da SMPOT, a ser submetido à seleção do referido Conselho Gestor, em conjunto com a apuração dos valores para possível ressarcimento.

Art. 22. O GTE poderá solicitar das pessoas autorizadas informações adicionais para retificar ou complementar os projetos, levantamentos, investigações e estudos já entregues, abrindo prazo para sua apresentação.

§ 1º A solicitação de retificação ou complementação dos projetos deverá conter indicação precisa do conteúdo dos esclarecimentos requeridos, bem como o prazo para resposta.

§ 2º A não reapresentação dos projetos, levantamentos, investigações e estudos no prazo fixado pelo GTE poderá implicar a cassação da autorização, em consonância com o disposto no inc. I do *caput* do art. 17 deste Decreto.

Art. 23. É facultado à Administração Pública Municipal:

I – realizar sessões públicas, consultas públicas, audiências públicas, ou reuniões com as pessoas autorizadas e, outros interessados, observados os princípios da isonomia e da publicidade, quando houver necessidade de melhor compreensão do objeto ou for conveniente ao desenvolvimento dos projetos, levantamentos, investigações e estudos, cujos tópicos tratados deverão constar em ata assinada pelos participantes, identificados no documento; e

II – recorrer ao assessoramento de consultorias especializadas, firmar termos de cooperação com órgãos multilaterais e com órgãos ou entidades governamentais para assessoramento nas fases de avaliação e seleção dos projetos, levantamentos, investigações e estudos.

Subseção II Do Resultado da Seleção

Art. 24. Os projetos, levantamentos, investigações e estudos poderão ser:

I – integralmente aproveitados, hipótese em que o autorizado fará jus a possível ressarcimento, observado o disposto no Edital de Chamamento Público;

II – parcialmente aproveitados, hipótese em que o valor do possível ressarcimento será apurado apenas em relação às informações efetivamente utilizadas em eventual licitação; ou

III – totalmente rejeitados, hipótese em que, ainda que haja licitação para contratação do empreendimento, não haverá ressarcimento ou qualquer forma de indenização devida ao responsável pelos projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

§1º. Na hipótese de nenhum dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados atender satisfatoriamente à autorização, os documentos a eles referentes deverão ser retirados em até 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação da decisão administrativa, mediante notificação das pessoas autorizadas, sob pena de serem destruídos.

§2º. Alternativamente, na hipótese do §1º deste artigo, o GTE poderá recomendar a utilização, de forma parcial ou integral, de projetos, levantamentos, investigações ou estudos que não atendam integralmente ao escopo original do Edital de Chamamento Público ou da autorização, caso em que deverá fundamentar sua recomendação, a ser objeto de deliberação do CGP, por meio de Parecer Técnico da SMPOT.

Art. 25. O CGP realizará a seleção do projeto, levantamento, investigação ou estudo das pessoas autorizadas e aprovará os valores para possível ressarcimento com base no Parecer Técnico da SMPOT, elaborado a partir das informações prestadas pelo GTE, a qual publicará o resultado da referida seleção nos meios de comunicação referidos no § 3º do art. 10 deste Decreto.

§1º. Os projetos, levantamentos, investigações e estudos serão divulgados somente após a decisão administrativa correspondente, nos termos do § 3º do art. 7º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§2º. Concluída a seleção de que trata o *caput* deste artigo, o GTE poderá solicitar correções e alterações dos projetos, levantamentos, investigações e estudos sempre que tais correções e alterações forem necessárias para atender a demandas de órgãos de controle ou para aprimorar os empreendimentos de que trata o art. 1º deste Decreto.

§3º. Na hipótese de alterações previstas no § 2º deste artigo, o autorizado poderá apresentar novos valores para o possível ressarcimento de que trata o *caput* deste artigo.

Subseção III Dos valores de Ressarcimento

Art. 26. Os valores de ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos que tiverem sido indicados para seleção pelo CGP serão apurados pelo GTE, levando em consideração, além dos critérios constantes do art. 27 deste Decreto, os valores apresentados pelo autorizado.

§ 1º Os critérios de ressarcimento deverão constar expressamente do Edital de Chamamento Público, conforme o art. 11 deste Decreto, e serão fundamentados em prévia justificativa técnica do GTE, que poderá basear-se na complexidade dos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados ou na elaboração de trabalhos similares, bem como em parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade.

§ 2º O valor de ressarcimento deverá ser compatível com os custos dos correspondentes projetos, levantamentos, investigações ou estudos selecionados, demonstrados mediante planilha orçamentária.

Art. 27. Na apuração dos valores de ressarcimento serão considerados, individual ou conjuntamente, os seguintes critérios:

I – o valor nominal máximo previsto no edital;

II – o percentual máximo de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor total estimado para o investimento ou para os custos de operação e manutenção do empreendimento durante o período de vigência do futuro contrato, conforme apontado nos projetos, levantamentos, investigações ou estudos; e

III – a qualidade e grau de complexidade dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados, o grau de adequação ao escopo originalmente proposto, os ganhos de eficiência e economicidade, descrição de receitas acessórias, formas de remuneração variável, indicadores de níveis de serviço, indicadores de qualidade, técnicas ou tecnologias alternativas de execução dos serviços, dentre outros.

Art. 28. O valor aprovado pelo CGP deverá ser aceito por escrito pelos autores dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos selecionados, com expressa renúncia a outros valores pecuniários.

§ 1º O valor aprovado pelo CGP poderá ser rejeitado pelo interessado, hipótese em que não serão utilizadas as informações contidas nos documentos selecionados, os quais poderão ser destruídos se não retirados no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de rejeição.

§ 2º Na hipótese prevista no §1º deste artigo, fica facultado ao GTE selecionar outros projetos, levantamentos, investigações e estudos entre aqueles apresentados.

Art. 29. Os valores do possível ressarcimento aprovados pelo CGP serão atualizados monetariamente, com base em índice de correção e contagem de prazo previamente definidos no Edital de Chamamento Público, a contar da data de apresentação dos respectivos projetos, levantamentos, investigações e estudos.

Seção IV Da Modelagem Final do Projeto

Art. 30. A modelagem final do projeto, para fins de abertura do processo licitatório, será realizada pelo GTE, que poderá solicitar aos autores dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos selecionados a realização de correções e alterações para atender às demandas dos órgãos de controle e às contribuições decorrentes de consulta e/ou audiência pública, ou, ainda, para que sejam realizados outros aprimoramentos que se façam necessários.

§1º. Caberá à SMPOT emitir Parecer Técnico acerca da modelagem final do projeto proposta pelo GTE, podendo combiná-las com as informações técnicas fornecidas por outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, sem prejuízo daquelas obtidas junto a outras entidades e a consultores externos porventura contratados para esse fim.

§2º. Para subsidiar as respostas a questionamentos dos órgãos de controle, poderá ser exigido do autorizado que sejam prestados esclarecimentos acerca de projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados, não cabendo complementação de valores de ressarcimento.

§3º. Poderá fazer jus a pedido de complementação de valores de ressarcimento a pessoa autorizada que efetuar as alterações nos projetos, levantamentos, investigações e estudos, no todo ou em parte, a pedido da Administração Pública Municipal, que decorram exclusivamente de juízo de conveniência e oportunidade.

Art. 31. Após a publicação da seleção dos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados, e consolidação da modelagem final do projeto o CGP deliberará sobre a abertura de licitação para a contratação de empreendimento.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Os valores relativos a projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados, nos termos deste Decreto, serão ressarcidos à pessoa autorizada, exclusivamente pelo vencedor da licitação, caso venham a ser utilizados no certame.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese será atribuída à Administração Pública Municipal dívida pecuniária em razão da realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos de autoria de pessoa autorizada, ficando reservado o direito de não licitar o projeto, hipótese em que não haverá direito a ressarcimento.

Art. 33. O edital de licitação para a contratação de empreendimento cujo projeto final tenha sido modelado em decorrência do PMI conterá cláusula que condicione a eficácia do contrato ao ressarcimento dos valores relativos à elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos utilizados na licitação.

Art. 34. Os autores ou responsáveis econômicos pelos projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados nos termos deste Decreto poderão participar direta ou indiretamente da licitação ou da execução de obras ou serviços, exceto se houver disposição em contrário no Edital de Chamamento Público, ou no caso de autorização com exclusividade.

§ 1º Considera-se responsável econômico a pessoa física ou jurídica de direito privado que tenha contribuído financeiramente, por qualquer meio e montante, para o custeio da elaboração de projetos, levantamentos, investigações ou estudos utilizados em licitação para contratação do empreendimento a que se refere o art. 1º deste Decreto.

§ 2º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do grupo econômico a que pertencer a pessoa autorizada.

Art. 35. Ficam nomeados, nos termos da Lei Municipal nº. 11.117, de 10 de Janeiro de 2011, para compor o Conselho Gestor do Programa de Parcerias do Município de Londrina (CGP), os seguintes membros:

I – Presidente da Codel;

II – Presidente do Ippul

III - Secretário Municipal de Planejamento;

IV - Secretário Municipal de Governo;

V - Secretário Municipal de Gestão Pública;

VI – Procurador Geral do Município

VI – Representante da Pasta vinculada ao PMI

§1º. À Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia incumbirá a Secretaria Executiva do CGP.

§2º. O Conselho Gestor do Programa contará, ainda, com 1 (um) representante vinculado à pasta relacionada ao PMI, bem como demais representantes convidados à critério dos membros do CGP.

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial Decreto 1214 de 16 de Outubro de 2017.

Londrina, 24 de janeiro de 2019. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Juarez Paulo Tridapalli, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 135 DE 30 DE JANEIRO DE 2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

ART. 1º REVOGA A DESIGNAÇÃO PARA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ,nos termos abaixo:

- a)SERVIDOR :157821-CINTIA BOCCHI SONODA
- b)CARGO/CLASSE:-TECNICO DE GESTAO PUBLICA-A
- c)FUNCAO: -TGPA01-ASSISTENCIA DE GESTAO
- d)DOCUMENTO :SEI 8714/2019-22
- e)DATA VIGÊNCIA :01/02/2019
- f)DECRETO REVOGADO(A) Nº.00830/2017
- g)LEGISLAÇÃO :Lei Municipal nº 10.004/06, artigo 2º, § 1º e Lei nº 11.346/11 Art. 2º, § 3º.

ART. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Londrina, 30 de janeiro de 2019. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Juarez Paulo Tridapalli, Secretário(a) de Governo, Adriana Martello Valero, Secretário(a) Municipal de Recursos Humanos

DECRETO Nº 136 DE 30 DE JANEIRO DE 2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

ART. 1º DESIGNA SERVIDOR PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ,nos termos abaixo:

- a)SERVIDOR :159522-VALDELAINE MOREIRA MODENA
- b)CARGO/CLASSE:-TECNICO DE GESTAO PUBLICA-A
- c)FUNCAO: -TGPA01-ASSISTENCIA DE GESTAO
- d)DOCUMENTO :SEI 8714/2019-22
- e)DATA VIGÊNCIA :01/02/2019

ART. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Londrina, 30 de janeiro de 2019. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Juarez Paulo Tridapalli, Secretário(a) de Governo, Adriana Martello Valero, Secretário(a) Municipal de Recursos Humanos

DECRETO Nº 169 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019

SÚMULA: Institui o 2º Núcleo Especial de Trabalho para Modernização da Gestão Pública – NEMAT2.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais, considerando o Processo SEI nº 19.008.087728/2018-23 e a necessidade de assegurar a melhoria da prestação dos serviços essenciais à população e de garantir atendimento de melhor qualidade ao contribuinte e ao cidadão, através da implantação de sistemas informatizados

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o 2º Núcleo Especial de Trabalho para Modernização da Gestão Pública, com a finalidade de coordenar as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas a melhoria e aperfeiçoamento das capacidades normativas, organizacionais, operacionais e tecnológicas da Administração Municipal.

Parágrafo único - O Núcleo Especial de Trabalho, vinculado diretamente ao Secretário Municipal de Gestão Pública, será composto pelos seguintes servidores:

Claudemir Vilalta;
Mariza Emiko Yoshinaga;
Marcelo Carocia;
Ricardo Morita;
Glauco Carlos Silva;
Esdras Dias da Costa;
Márcio Horaguti da Silva;
Luiz Penteado Figueira de Mello.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Londrina, 05 de fevereiro de 2019. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Juarez Paulo Tridapalli, Secretário(a) Municipal de Governo, Fábio Cavazotti e Silva, Secretário(a) Municipal de Gestão Pública

DECRETO Nº 220 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

SÚMULA: Designa os membros para comporem a Comissão Organizadora da 9ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais, considerando o processo SEI nº 19.020.013715/2019-31,